

Oposição guarda energia para barrar ajuste

Ricardo Leopoldo
Da equipe do **Correio**

A oposição não deve impor maior resistência à votação final da reforma da Previdência Social, que ocorrerá amanhã na Câmara dos Deputados. Os partidos contrários ao governo acreditam que as mudanças afetarão o país apenas a médio prazo, pois estão relacionadas às pessoas que se aposentarão em alguns anos. Por isso, querem dedicar energias à votação do pacote fiscal. Eles deverão combater com vigor o aumento das contribuições Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Para o deputado José Genoíno (PT-SP), a oposição continuará cumprindo seu papel, que é votar a favor dos destaques que retiram do texto da reforma três pontos: a aposentadoria complementar para os servidores públicos que ganham acima de R\$ 1.200, os benefícios especiais por insalubridade e a idade mínima para os trabalhadores se tornarem inativos: 53 anos para o homem e 48 para a mulher. "Essas questões são importantes. O país, contudo, enfrenta uma crise grande", comentou. "Os partidos não alinhados ao governo deverão dedicar uma atenção ao combate do pacote fiscal. O aumento de impostos diminuirá o nível de ati-

vidade da economia, quebrará empresas e aumentará o desemprego".

De acordo com Genoíno, o governo poderá vencer a batalha da Previdência, mas seus efeitos não serão sentidos no curto prazo. "O Executivo está bancando que é machão sobre velhinhos. Ele deseja mostrar aos investidores que tem força política. Mas esse poder é frágil. A realidade mostra que, mesmo com juros a 42,6% ao ano, as reservas internacionais continuam indo embora."

ESFORÇO

O governo está confiante que derubará os destaques ao texto da Previdência. O líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima (BA), acredita que os aliados ao Palácio do Planalto conquistarão 320 votos, 18 a mais que o mínimo necessário para eliminar os pontos. "Desde a semana passada estamos fazendo um esforço para convocar os companheiros por telefonemas e telegramas. O PMDB deverá colaborar com 70 votos".

Geddel não acredita que os parlamentares que não foram reeleitos atrapalharão as votações de amanhã. "Os deputados deverão votar com o povo. A população quer o ajuste das contas públicas, pois elas são fundamentais para a redução dos juros". Para o ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, esse de-

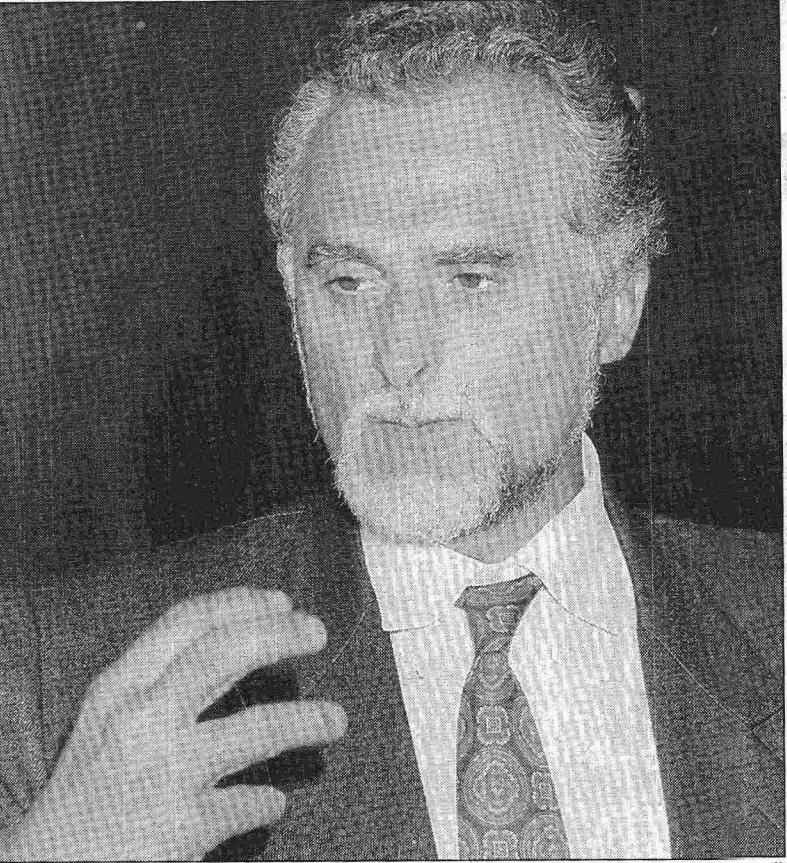
putados votarão a favor do governo. "Eles poderão voltar à vida pública em alguns anos. O eleitor saberá a postura que eles adotaram em temas fundamentais para o destino do Brasil", comentou.

O deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), líder do governo na Câmara, está consciente de que o sucesso da votação de amanhã será essencial para que o Executivo passe no Congresso as medidas do pacote fiscal. "Será um dia decisivo. Sem aprovar as mudanças no regime de aposentadorias, não poderemos fazer nada para passar as medidas de estabilização das contas públicas."

Madeira acredita que após a derrubada dos destaques, o governo poderá promulgar as mudanças da Previdência Social em 15 dias. A reforma, contudo, não deverá parar por aí. O próximo passo do Executivo será aumentar em sete anos o limite mínimo de aposentadorias: para os homens, subirá de 53 para 60 e para as mulheres, será elevado de 48 para 55.

Para a oposição, o governo está nervoso, pois sua base de sustentação no Congresso é fragmentada e vota de acordo com interesses particulares. "O Executivo está assustado com os 200 parlamentares que não foram reeleitos. Ofereceu para estes políticos cargos no segundo e terceiro escalaõ da administração federal em troca

Carlos Moura 4.1.95



Genoíno: "Governo oferece cargos em troca da aprovação da reforma"

do apoio no plenário", disse Genoíno.

O Secretário-Executivo do ministério da Previdência, José Cechin, afirmou que as iniciativas do governo em aumentar receitas deverão aumentar

em breve. O governo pretende poupar R\$ 2 bilhões ao ano no corte de isenções concedidas a empresas. Uma delas beneficia cooperativas de trabalho, que deixam de repassar aos cofres do

governo R\$ 300 milhões a cada 12 meses. Quando uma empresa dispensa seus funcionários e contrata serviços terceirizados das cooperativas, deixa de recolher as contribuições de 20% sobre a folha de pagamento. "O Executivo apenas recebe recursos dos trabalhadores, que contribuem como autônomos", observou.

ATENÇÃO

Os investidores internacionais estão muito atentos ao desempenho do governo nas votações da Previdência. Segundo Francis Fresinger, economista-chefe da corretora Merrill Lynch para a América Latina, bancos, fundos de pensão e administradoras de recursos medirão nos próximos três meses os avanços institucionais que o país vem dando. "As reformas no sistema de Seguridade são necessárias, mas não são suficientes", disse.

"O país precisa da aplicação das medidas fiscais, pois elas ajudarão a reequilibrar os gastos com as receitas", comentou Fresinger. Para esses grandes aplicadores, os gastos acima da arrecadação de 7,5% do Produto Interno Bruto (soma das riquezas elaboradas em um ano) indicam que o governo não controla seu caixa, o que aumenta as chances de o país dar um calote nos credores que compraram títulos federais.